

# Sobre a ocupação do Neolítico inicial no Norte de Portugal

■ MARIA DE JESUS SANCHES\* ■

**RESUMO** É debatida aqui a ocupação humana do Norte de Portugal (NW da Península Ibérica) entre o início do Holoceno e os meados do IV milénio a.C., quer dizer, entre as comunidades de caçadores-recolectores que habitaram e sacralizaram o Alto Douro no Paleolítico superior e as de produtores neolíticos. Estas, no IV milénio constroem mamoaos funerárias em terra e pedras genericamente conhecidas como monumentos megalíticos.

Discutem-se ainda os contextos arqueológicos e paleobotânicos que enquadram o povoamento do Epipaleolítico/Mesolítico e do Neolítico inicial nesta região, sendo que a discussão, em resumo, assenta nos seguintes pontos:

- a) Os vestígios arqueológicos atestam a existência de ocupação humana durante o Epipaleolítico e Mesolítico. Esta ocupação inclui habitats (um deles recuando ao VII milénio a.C.) e abrigos com arte rupestre. Deste modo, a hipótese da continuidade do povoamento regional entre o Paleolítico Superior e o Neolítico Antigo deve ser assim seriamente equacionada, embora sejam necessários novos dados.
- b) A ocupação neolítica foi identificada em vários locais, desde o VI até meados do IV milénio a.C. O registo arqueológico inclui cerâmica decorada e não decorada, artefactos microlíticos e macroutensilagem, machados, elementos de moagem, vestígios macrobotânicos que atestam a presença de agricultura (cereais e leguminosas) e práticas de recolção (nozes, bolotas, pinhão). A pastorícia encontra-se registada em dois daqueles locais.
- c) Os *habitats* que remontam ao Neolítico antigo encontram-se situados em três regiões distintas do Norte de Portugal: Serra da Aboboreira (província do Douro Litoral), Serra de Passos e área de Vila Nova de Foz Côa (ambas na província de Trás-os-Montes e Alto Douro). Porque estes 3 casos onde foi desenvolvida uma investigação sistemática se referem a áreas espacialmente restritas e algo distantes entre si, admitimos que forneçam uma imagem algo distorcida da ocupação humana durante este período. Na realidade, outras áreas poderão ter sido também ocupadas durante este período mas a investigação é ainda mais esparsa e difusa.

Em homenagem ao Dr. José Gama que nos deixou este ano (2000) sem ver realizado um dos seus sonhos: a criação dum Parque Arqueológico na Serra de Passos/St.<sup>a</sup> Comba.

**ABSTRACT** This article aims to discuss human settlement in northern Portugal, between the beginning of the Holocene and the middle of the IV<sup>th</sup> millennium BC — from the hunter-gatherer groups who inhabited and sacralized the Alto Douro region during the Upper Paleolithic, to the Neolithic communities who, during the IV<sup>th</sup> millennium, erected megalithic burial monuments.

Both archaeological and environmental contexts are discussed here. The main discussion points include:

- a) Archaeological remains testify to the existence of human occupation during the Epipaleolithic/Mesolithic period. These include habitats (one of them dating back to the VII<sup>th</sup> millennium BC) and shelters with wall paintings. The hypothesis of a continuous regional settlement from the Upper Paleolithic to the Early Neolithic must be seriously considered, although new data are needed.
- b) Early Neolithic occupation has been identified at several sites, from the VI<sup>th</sup> to the middle of the IV<sup>th</sup> millennium BC. Diverse archaeological evidence has been recovered from these sites. Their main features include decorated and/or non-decorated pottery, microlithic and macrolithic artefacts, axes, grinding stones, macrobotanical remains testifying to the existence of agriculture (cereals and legumes) and gathering practices (acorns, hazelnuts, pine kernels). Animal husbandry is recorded in two of the sites.
- c) These habitats dating back to the Early Neolithic are situated in three different regions in northern Portugal: Serra da Aboboreira (Douro Litoral province), Serra de Passos and Vila Nova de Foz Côa area (both in the Trás-os-Montes and Alto Douro provinces). These are restricted geographic areas where systematic archaeological investigation has been carried out, which might provide a distorted image of human settlement during this period. Other areas may also have been occupied during this period, but investigation is more sparse and unfocused.

d) A ocupação humana é registada em diferentes tipos de habitat, tais como sítios de ar livre e abrigos sob rocha, situados a diferentes altitudes. Alguns dos abrigos sob rocha comportam pinturas neolíticas. Estes habitats implantam-se assim em diferentes ecossistemas – áreas de montanha, de plateau e em áreas de vale – e parecem atestar a existência de um elevado grau de mobilidade por parte destas comunidades. Esta mobilidade, que poderá ter sido sobretudo de base logística, decorre das condições socio-económicas destas comunidades, mas parece ter-se reduzido gradualmente em função do desenvolvimento das práticas agro-pastoris.

e) Outra questão que se coloca refere-se ao(s) modo(s) como os novos produtos neolíticos foram recebidos pelas comunidades locais. A evidência arqueológica é escassa. Todavia, a hipótese mais provável é a de que esta transmissão se possa ter gerado e desenvolvido no contexto das relações intercomunitárias. Contudo, a hipótese da chegada e difusão de novos grupos familiares com as inovações neolíticas também deve ser sempre considerada.

d) Human settlement is recorded in different types of habitat, such as open-air sites and rock shelters, situated at different altitudes. Some of the rock shelters display Neolithic paintings. These settlements are located in mountain, plateau and valley areas, and seem to testify to the existence of a high degree of mobility. This mobility might have originated as only living or logistic arrangements, as a result of socio-economic conditions, and may have been gradually reduced with the development of plant and animal husbandry.

e) How were the new Neolithic products received by the different local communities? Archaeological evidence is scarce; however, it seems possible that this transmission might have been carried out following normal inter-community relations. However, the hypothesis of the arrival and spread of new small groups, familiar with the new Neolithic innovations, must also be considered.

## A. Introdução

---

A sedentarização, o uso mais sistemático de instrumentos polidos, a cerâmica, a concentração aldeã, deixaram de ser os critérios necessários e suficientes para definir uma população como neolítica. O ponto fulcral a considerar é que, sem abandonar a caça ou a recolocção, durante os últimos 10 000 anos as comunidades humanas modificaram radicalmente, mas segundo ritmos variáveis consoante as regiões do planeta, as suas relações com o meio natural. Na realidade, ao domesticar e plantar que lhe eram úteis, quer dizer, ao manipular a Natureza, a Humanidade deixa de ser exclusivamente predadora para se tornar produtora e marcadamente transformadora. É ainda no Neolítico que tem lugar a manipulação genética de plantas e de animais nunca feita até então na História da Humanidade.

Se há cerca de 10 000 anos todas as sociedades humanas poderiam ser consideradas predadoras, por volta de 1500 a.C. essas comunidades já só representam cerca de 1% da população mundial e, na actualidade, as denominadas *sociedades residuais* já se restringem a menos do que 0,001% da população do planeta<sup>1</sup>, então este fenómeno histórico que pretendemos discutir aqui para uma micro-região que, neste contexto geográfico, é o Norte de Portugal, ganha uma importância acrescida no entendimento das sociedades com as quais nos identificamos por nos serem conceptualmente bastante mais próximas.

Assim, se colocarmos a tónica *na amplitude das mudanças*, quer estas tenham lugar num tempo mais curto, ou, pelo contrário, transcorram num tempo mais longo, devemos assumir o Neolítico como um processo verdadeiramente revolucionário. A produção cria relações de índole simultaneamente conceptual e física com o meio natural totalmente diferentes daquelas dos caçadores-recolectores. Esta relação é, repetimos, mais interventiva e transformadora e esse facto gera, por si só, no tempo longo, transformações verdadeiramente revolucionárias na relação dos homens entre si (relação social), no modo de conce-

ber o tempo adentro do novo ritmo da vida quotidiana e de organizar o espaço. Quer dizer, de encarar o território também como objecto da sua própria acção. Gerir tanto a produção como a sua repartição em moldes distintos, aliada às anteriores mudanças, implica alterações ideológicas profundas.

No Norte de Portugal (Fig. 1) estas mudanças têm lugar entre o VI e o final do III milénio a.C., se considerarmos a ocupação definitivamente sedentária do território, alicerçada sobretudo na produção agro-pastoril e transformadora no contexto da criação de identidades políticas consubstanciadas, agora, grandemente no investimento adentro do povoado, ou seja, no espaço aldeão propriamente dito.

Contudo, neste texto e tal como nos foi solicitado pela organização do Colóquio, vamos abordar unicamente o denominado neolítico inicial regional, que corresponde à génese das sociedades agro-pastoris.

Trata-se duma exposição algo sucinta, que pretende focar sobretudo as problemáticas fundamentais em discussão pois além de a documentação arqueológica disponível continuar a ser bastante escassa, foram publicados recentemente, tanto por nós (Sanches, 1997, 2000a) como por outros autores (Valera, 1998; Jorge, 1999; Carvalho, 1999; Rodrigues, 2000), textos que expõem de modo pormenorizado os dados empíricos conhecidos incluídos em hipóteses interpretativas relativas ao Neolítico inicial.

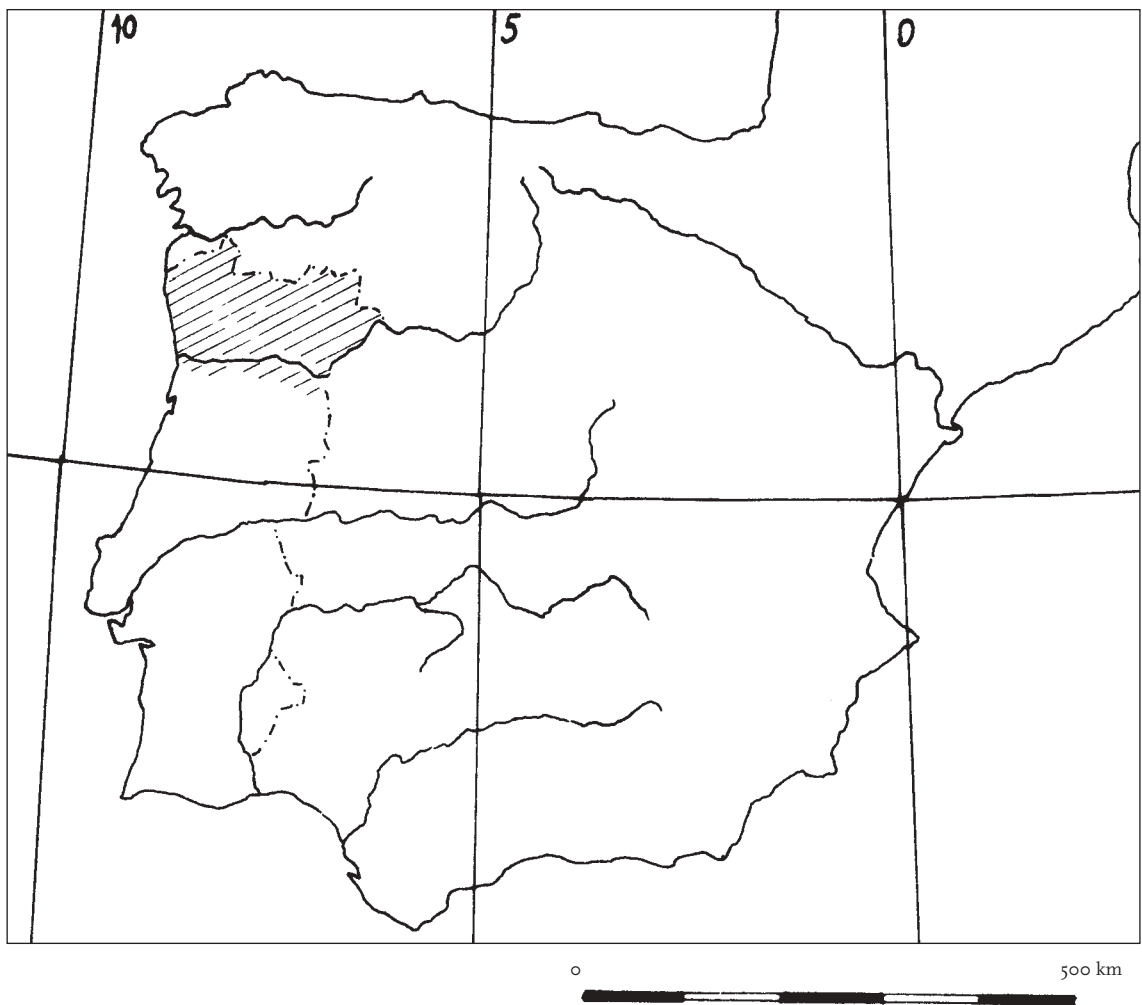


FIG. 1 – Península Ibérica com marcação do Norte de Portugal (províncias de Minho/Douro Litoral e Trás-os-Montes e Alto Douro).

## B. O Norte de Portugal<sup>2</sup>

*O quadro ambiental e a questão do povoamento na primeira metade do Holoceno (Fig. 2)*

É bastante escassa a informação relativa aos ecossistemas que têm lugar após o Degelo, ou seja no início do Holoceno. Este desconhecimento é claramente inibidor na ponderação de hipóteses interpretativas sobre as comunidades deste período pois o estudo dos ecossistemas é essencial não somente à monitorização dos modos de subsistência e dos modos de produção, como ainda à caracterização do povoamento. Na ausência de *habitats* deste período ou de turfeiras que propiciariam amostras de pólenes fósseis indicadoras do coberto vegetal, somente podemos supor que o melhoramento das condições climáticas terá afectado também esta região, propiciando uma maior variedade de recursos, tal como acontece, por ex., na Galiza, que se cobre paulatinamente de florestas e de bosques temperados, de folha caduca durante este período. A Galiza é aqui referida como elemento de comparação já que o litoral norte de Portugal apresenta, na actualidade, grandes semelhanças climáticas e fitossociológicas com aquela região.

Estas florestas galegas, particularmente as das Serras setentrionais, foram habitadas no início do Holoceno por caçadores-recolectores de que se conhecem alguns habitats (Ramil Rego e Ramil Soneira, 1994; Pérez Alberti e Ramil Rego, 1996).

Para a região que nos interessa só é possível ter uma imagem aproximada do quadro ambiental para o VI-III milénio a.C., mercê dos estudos de antracologia realizados sobretudo em estações arqueológicas da serra da Aboboreira (Baião, Amarante e Marco de Canaveses) e da Serra de Passos / St.<sup>a</sup> Comba (Mirandela, Valpaços, Murça). Toda a primeira metade do Holoceno é assim desconhecida.

Para as zonas mais montanhosas e mais sujeitas à influência do Atlântico, como é o caso da Serra da Aboboreira, os solos seriam mais profundos que na actualidade e contaríamos com alargadas áreas florestadas — com predomínio do carvalho alvarinho e carvalho negral, e em menor grau do sobreiro —, mas também com razoáveis zonas abertas, desflorestadas e repovoadas por uma vegetação de matagal ou “lande”.

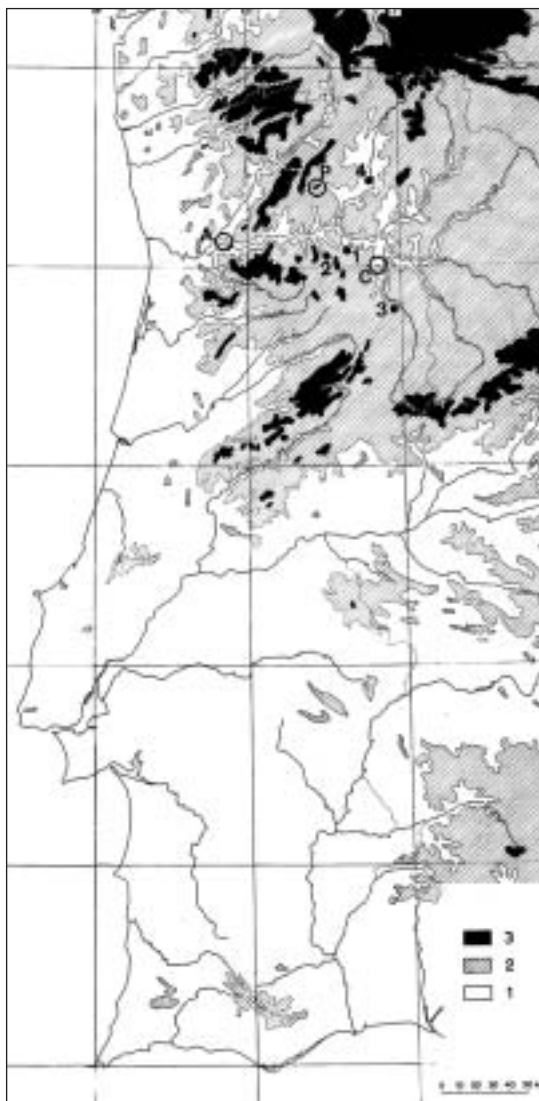


FIG. 2 – Mapa de Portugal com os 3 andares hipsométricos fundamentais (seg. Ribeiro; *et al.*, 1987, p. 169) e a indicação das estações referenciadas no texto. A- Serra da Aboboreira (Lavra I, Mina do Simão, Furnas, Tapado da Caldeira, etc.); B- Serra de Passos (Buraco da Pala, Abrigo “A” e outros abrigos); C, 1, 2 e 3 são estações na Beira/Douro. C- Estações de Quebradas, Quinta da Torrinha e Canada do Inferno, junto do vale do Côa; 1- Prazo, 2-Fraga d’Aia; 3- Faia; 4- “Antas”. Andares hipsométricos: 1- altitude inferior a 400 metros; 2- entre 400 e 700 metros; 3- superior a 700 metros.

Comparando esta documentação com a da Serra da Freita<sup>3</sup> supõe-se, para o litoral — nos patamares de 600-800/900 metros — uma cobertura florestal marcadamente atlântica, de folha caduca, constituída por carvalhos (alvarinho e negral) e aveleiras, mas também por amieiros, freixos, sabugueiros e salgueiros, e nas encostas mais secas e quentes, abaixo dos 600 m, poderiam surgir árvores de folha perene como azinheiras e medronheiros. O estrato arbustivo e herbáceo seria de fácil renovação devido às condições climáticas. Em Trás-os-Montes I. Figueiral aponta uma maior continentalidade do clima que na actualidade, que caracteriza de tipo mediterrânico (supra-mediterrânico), (Figueiral, 1991), mas com um grau de humidade superior ao actual e os solos, ante a vegetação que exibem, seriam também muito mais profundos que na actualidade, portanto, muito menos erosionados. A floresta aparece aqui bastante diversificada, sendo marcada por elementos atlânticos - pinheiro bravo ou marítimo (*Pinus pinaster*), carvalho alvarinho (*Q. robur*), medronheiro (*Arbutus unedo*) e a aveleira — e mediterrâneo-continentais — azinheira, carrasco, sobreiro, carvalho cerquinho, zimbros e pinheiro silvestre (*Pinus sylvestris*). Apesar da orografia, parece não ter existido aqui um “andar” de coníferas; surge, contudo, o pinheiro silvestre — que estaria adaptado às zonas montanhosas — o pinheiro bravo, que deveria cobrir alargadas zonas mais secas — zimbros, e mesmo *Querci* de folha perene (azinheira, sobreiro e carvalho português) que, mesmo na actualidade, sobem até aos 950-1000 metros na Serra de Bornes. Trata-se de uma mata sempre-verde adaptada ao calor e a uma maior secura que integraria um sub-bosque de características predominantemente mediterrânicas, com medronheiro, aveleira, urze branca, tojo, giestas e cistáceas, estas decorrentes por certo da degradação do bosque. Supõe-se uma cobertura arbórea com manchas bastante contínuas que a acção humana começa a alterar gradualmente com a introdução das práticas agrícolas e pastoris a partir do VI/V milénio a.C., e que seriam responsáveis pela presença de incultos e “monte”, onde o medronheiro, e as leguminosas urzes/torga, ocupariam as zonas mais húmidas, e as estevas as zonas mais secas (Figueiral e Sanches, 1998-1999).

Contudo, este quadro refere-se, como vimos, ao momento em que as primeiras comunidades neolíticas procedem aos primeiros cultivos e ao pastoreio, sendo razoável admitir que as condições climáticas do período anterior fossem similares.

Sobre o problema do povoamento relativo ao Neolítico inicial no Centro/Norte de Portugal<sup>4</sup> vários autores coincidem na aceitação de que terão existido comunidades neolíticas no Centro/Norte de Portugal desde a passagem do VI ao V milénio a.C. (Sanches, 1995, 1997; Valera, 1998; Jorge, 1999; Rodrigues, 2000), indicado pelas datações absolutas dos abrigos de Fraga d’Aia (S. João da Pesqueira), Buraco da Pala IV (Mirandela), Prazo (V.<sup>a</sup> Nova de Foz--Côa) e Lavra I (Serra da Aboboreira-Marco de Canaveses), ou somente durante o V milénio a.C. (Carvalho, 1999) (Fig. 2).

Tal aceitação escora-se na presença de cerâmicas lisas e decoradas, artefactos polidos, moinhos e macrorrestos de cereais e leguminosas ocorrendo em combinatórias diversas (Figs. 3 a 9), o que traduz inovações tecnológicas e subsistenciais relativamente ao período anterior; os mesmos contextos indicam também que a tecnologia lítica talhada é, em diversos graus, de tradição epipaleolítica, sendo que aqui a interpretação é colocada predominantemente na continuidade tecnológica/subsistencial genérica e não necessariamente na continuidade de povoamento.

Tem-se assumido tacitamente uma caracterização sobretudo de índole artefactual e cultural assente na presença de novos utensílios, como cerâmica, moinhos, machados, enxós, etc., que será reveladora de novas actividades que se supõem relacionadas com o sistema produtor, materializado na agricultura e na pastorícia. Porém, os vestígios directos dessas novas actividades só se detectaram em três casos — Buraco da Pala IV (Serra de Passos),



com cultivo de cereais (trigo e cevada) e leguminosas (fava), e Fraga d'Aia e Quebradas (Beira/Douro), com ovinos e/ou caprinos, provavelmente domésticos.

Creemos ser importante questionar aqui também a documentação relativa à *continuidade ou descontinuidade de povoamento* desde o início do Holoceno até às primeiras comunidades que, ainda que timidamente, se aventuram na produção de bens de subsistência no final do VI/inícios do V milénio a.C.

Apesar da ausência de documentação empírica substantiva, é lícito ponderar a hipótese que de seguida expomos.

Havendo provas inequívocas de uma intensa ocupação do vale do Douro/Côa e Sabor até ao final do Pleistoceno, patente principalmente nas produções artísticas parietais, mas também em *habitats* do Paleolítico superior, como são, por ex., os de Cardina I, Quinta da Barca Sul (Aubry et al., 1997), ou Olga Grande 4 (Aubry, 1998), parecem-nos difíceis de “formular” as causas que teriam levado ao despovoamento desta região durante cerca de cinco milénios, num período que coincide precisamente com o melhoramento paulatino das condições ambientais. F. de Carvalho parece admitir uma certa continuidade de povoamento no Côa, ou seja, um povoamento epipaleolítico (sem indústrias microlaminares) até ao Pré-boreal, patente possivelmente na estação de Olga Grande 4 e Salto do Boi (Carvalho, 1999, p. 63). Contudo, como faz depender a neolitização dum aporte externo de população e exclui a transformação cultural/subsistencial das populações locais, acaba por defender um hiato de povoamento entre os primeiros milénios do Holoceno e o início da neolitização (entre c. de 8000 e 5000), defendendo que aquela consistiria numa colonização neolítica sobre o território virgem do vale do Douro.

Não descartando a hipótese dum real “ermamento” local, ou mesmo regional, por condicionamentos de desadaptação subsistencial, social, ou outro (hipótese que terá de ser então equacionada em moldes científicos), devemos incidir num ponto essencial: os *habitats* deste período não possuem estruturas habitacionais duráveis, nem ocupações tão longas que provoquem a acumulação duma grande quantidade de desperdícios<sup>5</sup>, os mesmos que denominamos de vestígios e de que necessitamos como documentos informativos daquelas comunidades de caçadores-recolectores. Assim, a sua detecção é muito difícil pois desconhece-se o padrão de implantação daqueles *habitats* epipaleolíticos ou mesolíticos para direccionar a pesquisa nessa busca. Além disso, a maioria terá sido destruída por subseqüentes labores agrícolas, ou encontram-se soterrados por sedimentação. Estão numa situação similar os *habitats* do início do Neolítico, de que falaremos adiante. A sua detecção foi feita sempre em condições excepcionais ou mediante prospecções sistemáticas orientadas para esse fim e apoiadas em sondagens de reconhecimento, tal como acontece no vale do Côa (Aubry et al., 1997). Lembremos aqui que até à descoberta da arte paleolítica do Alto Douro a arqueologia assumia esta região como despovoada durante o Paleolítico superior, e que foram precisamente as rochas gravadas desse período que levaram à prospecção orientada para a detecção de *habitats* paleolíticos, tendo sido encontrados vários que se encontram em estudo (Aubry et al., 1997; Aubry, 1998).

Na realidade, é precisamente no Côa que algumas manifestações artísticas se distinguem estilisticamente do conjunto mais dominante — o da arte paleolítica, e apresentam características próprias da arte dos caçadores-recolectores e dos primeiros agricultores da Península Ibérica, ou seja, das populações do Mesolítico/Neolítico.

Estamos a falar tanto do conjunto de pinturas do Alto Côa, localizadas no sítio da Faia que apresentam, a vermelho, dois quadrúpedes semi-naturalistas num painel e um antropomorfo noutra, como de alguns quadrúpedes (possíveis cabras), também semi-naturalistas, e sinais esquemáticos que figuram, gravados, na Rocha 36 da Canada do Inferno, ou ainda de um quadrúpede indeterminado na Rocha 3 do mesmo local (Baptista e Gomes,

1997) (Fig. 2). Os antropomorfos gravados da Ribeira de Piscos também poderão incluir-se neste período alargado que pode incluir, evidentemente, o Neolítico. Figuras similares, sobretudo de animais, surgem tanto no vale do Tejo, gravadas, como, agora pintadas, nos variados abrigos de Las Batuecas (Salamanca)<sup>6</sup>, e geograficamente muito próximas do Côa.

Por seu turno, os *habitats* propriamente ditos, embora difíceis de detectar, não estão completamente ausentes. Em data recente Sérgio Rodrigues publicou a estação do Prazo (Freixo de Numão, Foz Côa), que embora ainda em estudo, evidenciou uma ocupação subjacente à do neolítico antigo, datada da 2.<sup>a</sup> metade do VII milénio a.C. e com uma panóplia artefactual exclusivamente lítica, mas algo diferente daquela que acompanha as cerâmicas neolíticas (Rodrigues, 2000). Esta interessante estação do Prazo parece assim documentar uma certa continuidade de povoamento local, o que leva Sérgio Rodrigues a aventar a hipótese de um *Mesolítico interior* no Alto Douro português (Rodrigues, 2000, p. 160).

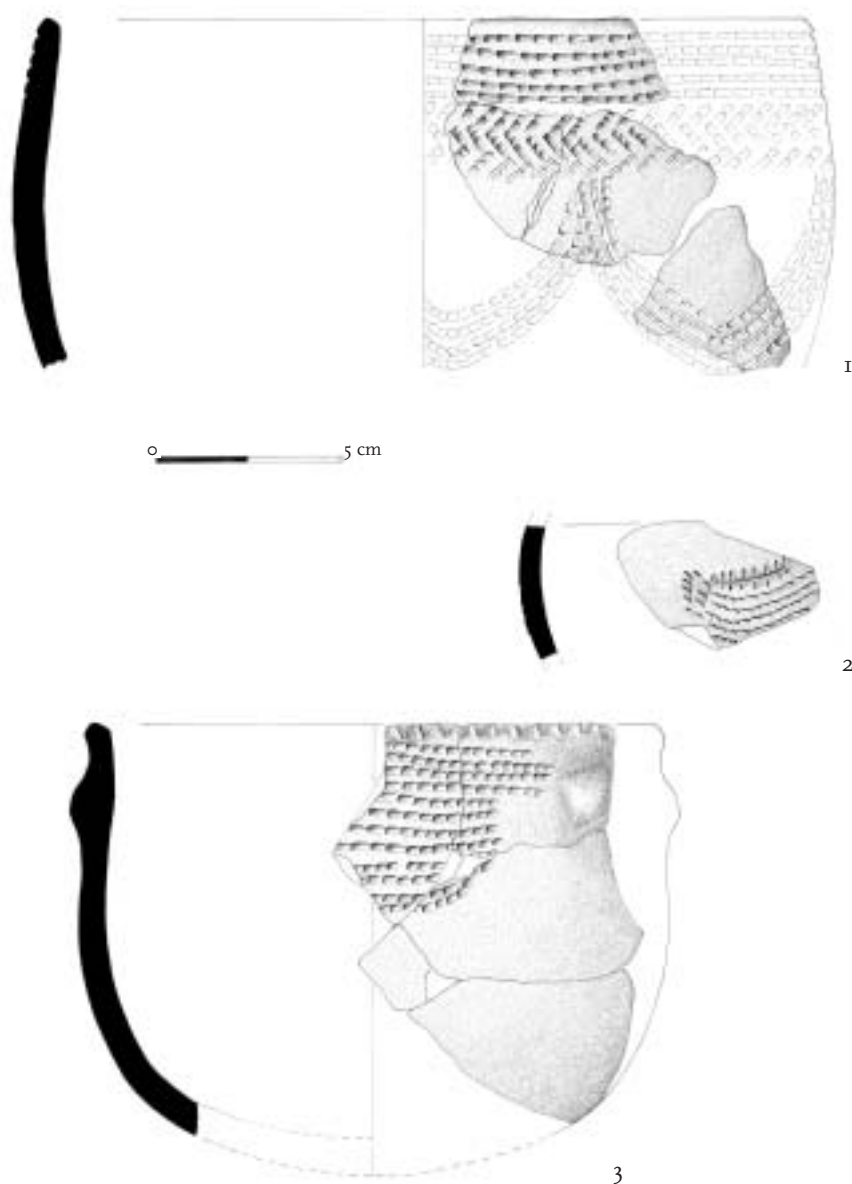


FIG. 3 – Recipientes cerâmicos de Lavra I (Marco de Canaveses) - 1 e 2; fragmento cerâmico de Furnas 2 (terras do *tumulus*) - 3 (este seg. V. Jorge et al., 1987, p. 37).

Outras estações, como a Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira), ou a estação de "Antas", em Vale de Juncal (Mirandela) (Sanches, 1994, 1997, p. 279-80), são mais difíceis de equacionar. A primeira, um abrigo com arte semi-esquemática, porque apesar de possuir datas absolutas que a poderiam colocar no VIII milénio (Sanches, 1997, p. 150), não possui artefactos conectáveis claramente com o Mesolítico, mas antes com as primeiras comunidades neolíticas locais. A estação de "Antas" é uma estação sobre um alargado terraço fluvial do rio Tuela (só levemente sobrelevado relativamente ao leito actual do rio), local que foi posteriormente escolhido para a implantação duma necrópole megalítica, actualmente quase destruída por completo. Todo o espólio, exclusivamente lítico, foi recolhido à superfície mas numa mancha não totalmente coincidente com a das mamoa pois estende-se para as proximidades do rio. Trata-se de cerca de 12 dezenas de peças em quartzo, a maioria com claros vestígios de uso (mas também de algum rolamento) e que inclui núcleos, raspadeiras, raspadores, lascas retocadas e um elevado número de "pièces écaillées", ou seja escopros ou cinzéis conectados predominantemente com a quebra intencional de ossos para daí extrair a medula. A atribuição cronológica e o entendimento requerido por esta estação exigiria escavações, mas é provável que se trate de um local ou acampamento especializado, sazonal, na bordadura do rio, ligado ainda a uma certa mobilidade residencial ou logística do mesolítico ou neolítico da bacia do Tua<sup>7</sup>.

De qualquer modo, tanto a hipótese de que o povoamento regional ocorra somente no Neolítico por aporte populacional exterior (Valera, 1998; Carvalho, 1999), como a de que haja uma continuidade de povoamento pelo menos nalgumas regiões do Norte de Portugal, como Sérgio Rodrigues e nós próprios aventamos, exigem uma investigação mais aturada, assente numa prospeção sistemática acompanhada de sondagens em abrigos e zonas abertas que evidenciem vestígios, por mais parcos que sejam, pois é a nestas situações que tem ocorrido os (poucos) *habitats* neolíticos identificados até ao presente. Seria de incluir aqui uma pesquisa das zonas litorais, quer próximas do mar, quer nas zonas de montanha, pois tem sido nesses ecossistemas que na Galiza se têm descoberto *habitats*, ainda que raros, atribuíveis quer ao Epipaleolítico/Mesolítico, quer ao Neolítico inicial (Suárez Otero e Fábregas Valcarce, 2000).

Por outro lado, nesta região, tanto o Paleolítico superior como o eventual Epipaleolítico/Mesolítico, ainda não se encontram adequadamente caracterizados tanto do ponto de vista cronológico como artefactual. Além disso, se colocarmos a hipótese duma grande mobilidade residencial e logística durante toda a primeira metade do Holoceno, é possível depararmos com conjuntos artefactuais líticos não uniformes, adaptados eventualmente às funções dominantes desses *habitats*. Estes conjuntos industriais líticos podem, por sua vez, não obedecer aos padrões de outras regiões mais bem conhecidas, pelo que a comparação simples de alguns tipos de instrumentos mais conhecidos pode também induzir em erro.

### *Sobre os habitats do Neolítico inicial: ecossistemas, modos de subsistência e hipótese de implantação territorial<sup>8</sup>*

Os *habitats* que incluímos no Neolítico inicial distribuem-se por três regiões geográficas do Norte de Portugal bastante afastadas entre si: a) *Serra da Aboboreira*, no Douro Litoral; b) *Serra de Passos/St.<sup>a</sup> Comba*, na parte central de Trás-os-Montes e c) *região da Beira-Douro* (zona montanhosa adjacente à margem esquerda do Douro) (Fig. 2).

Ocupam zonas fito-climáticas que, na actualidade, são diferentes umas das outras sendo as diferenças mais acusadas particularmente entre a Serra da Aboboreira e a região transmontana/duriense. Situação similar parece ter ocorrido no passado. Estes *habitats* fornecem documentação muito desigual, o que deve ter explicações não exclusivamente



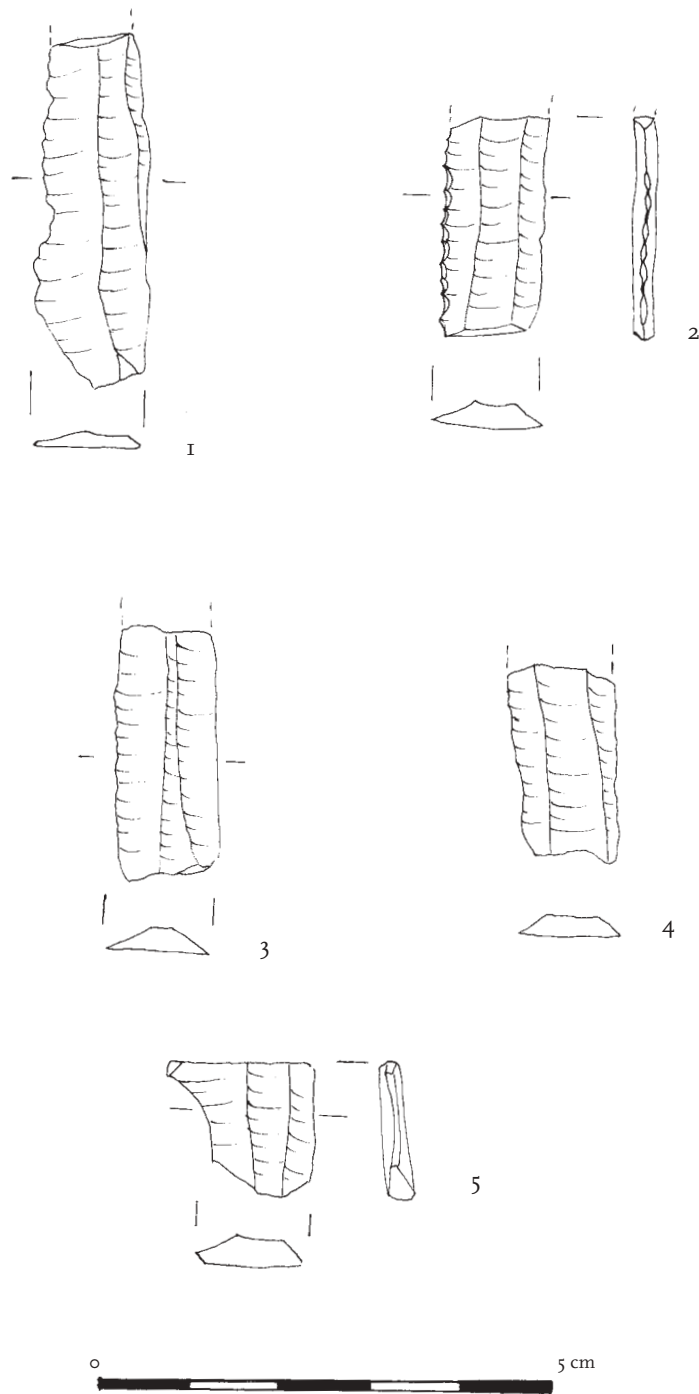


FIG. 4 – Lavra I - lamelas fragmentadas - 1, 2, 3 e 4 - e possível microburil- 5 (tudo em sílex).

decorrentes de problemas de conservação *strictu sensu*, mas também das características intrínsecas dos *habitats* deste período cronológico-cultural (Sanches, 2000).

Na *Serra da Aboboreira* o ambiente é de montanha e o clima temperado de carácter atlântico; no presente desarborizada e com solos graníticos pouco espessos ou mesmo esqueléticos nos patamares superiores, seria então coberta de florestas de folha caduca.

Considera-se aqui o povoado Lavra I e ainda outros sítios que se relacionam com as mamoa, quer porque tenham sido sobrepostas por aquelas construções — como Mina do

Simão, Furnas 2, Chã de Santinhos 1 e 2 —, quer porque incluem artefactos tipológica ou estilisticamente conotados com o Neolítico inicial nas terras do *tumulus* Serrinha 2, Chã de Parada 1 e mamoa da Lavra<sup>9</sup>. Nestes últimos casos supõe-se serem estes os restos dos *habitats* que teriam existido nas imediações das mamoas (Figs. 3 e 4).

Estes *habitats* implantam-se assim em diferentes patamares altimétricos da serra entre os 600 e os 900 metros de altitude, mas não foram detectados nas zonas mais baixas de vale.

Ocupariam pequenos esporões (Chã de Santinhos), ou *plateaux* de encosta dominando cursos de água- Mina do Simão, Lavra I e Mamoa da Lavra —, ou plataformas deprimidas de montanha — Tapado da Caldeira e Furnas —, mas em todos os casos *em clara relação espacial com zonas naturalmente irrigadas*, ou lameiros. Estes *habitats* datarão dum período anterior ao final do V/inícios do IV milénio a.C., mas alguns de entre eles podem ter sido genericamente contemporâneos de Lavra I, tal como fazem supor algumas semelhanças na estilística decorativa das cerâmicas.

O povoado de Lavra I, datado de entre os meados do VI e os meados do V milénio a.C., e cujos materiais arqueológicos se espalhavam por uma área de cerca de 400 m<sup>2</sup>, terá sido

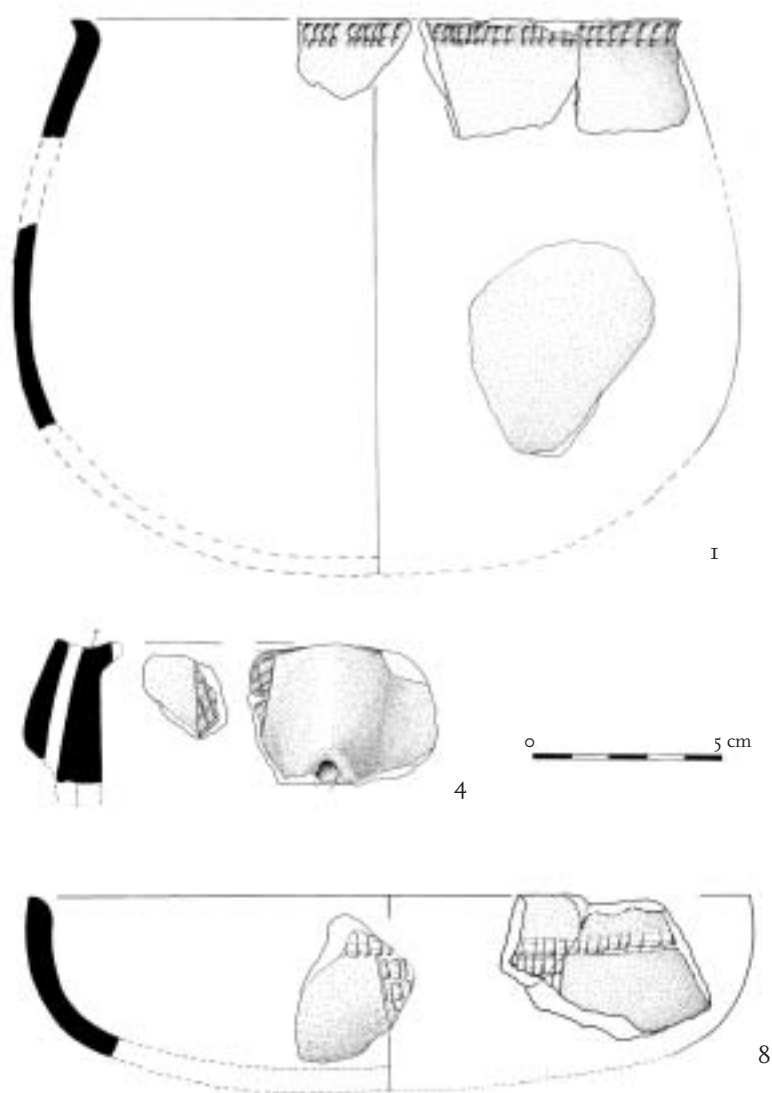


FIG. 5 – Recipientes cerâmicos do abrigo do Buraco da Pala (IV).

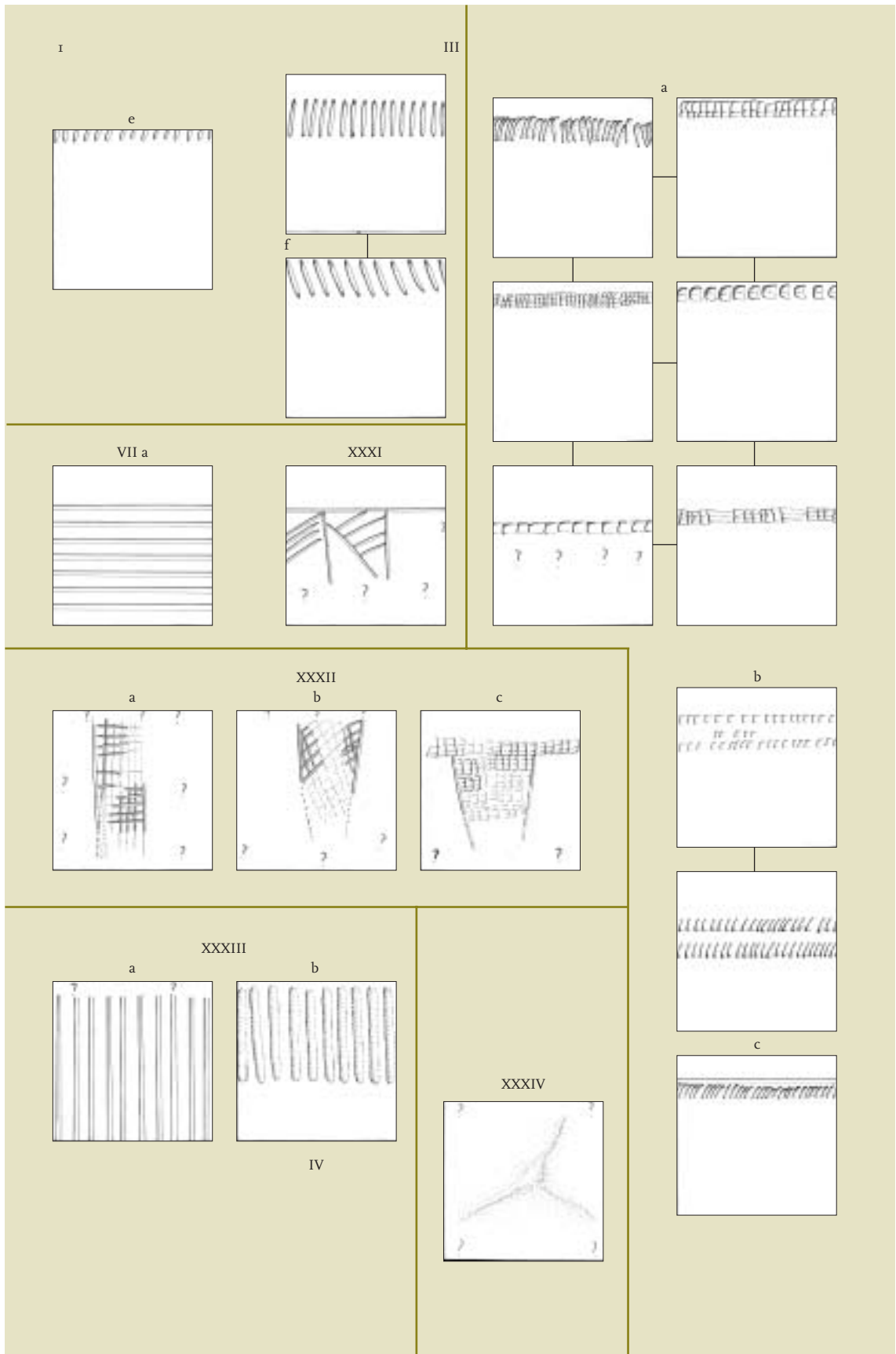


FIG. 6 – Organizações decorativas das cerâmicas do abrigo do Buraco da Pala (IV).

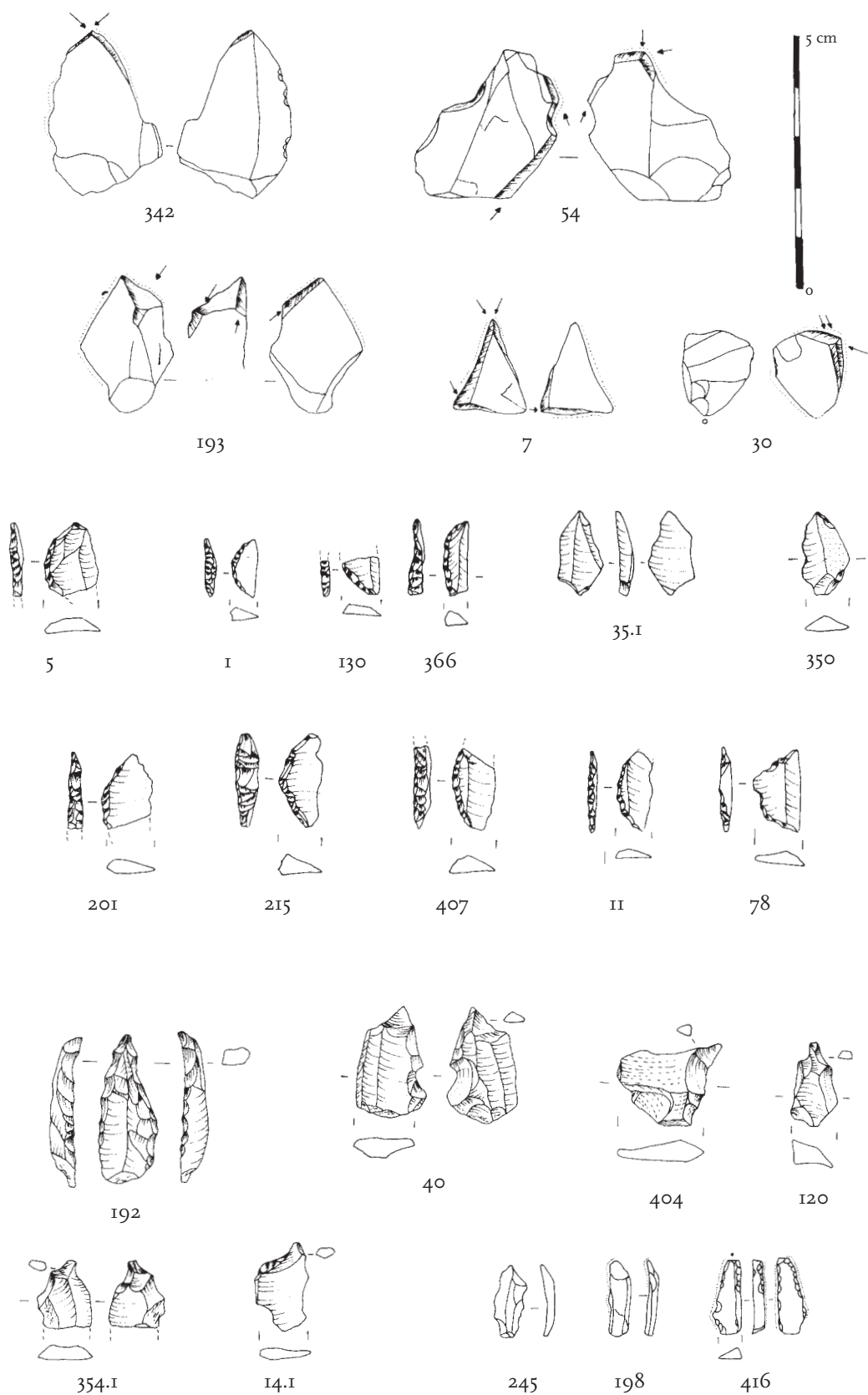


FIG. 7 – Material lítico do abrigo do Buraco da Pala. 342, 54, 193, 7 e 30 - buris; 5, 1, 201, 215, 407 e 11 - segmentos; 78 - trapézio; 366 - lamela de bordo abatido; 35.1 e 350 - pontas; 192, 40 e 404 - furadores; 120, 354.1 e 14.1 - microfuradores; 245, 198 e 416 - lamelas microlíticas de crista (tudo em sílex e quartzo hialino).

um povoado de curta duração ou mesmo sazonal devido precisamente à fraca quantidade de material arqueológico disperso por uma tão grande área. Além disso, encontra-se numa zona de acumulação sedimentar, o que contribuiria precisamente para uma boa preservação. Os danos sofridos têm a ver com a ocupação posterior, no Bronze Final.

No seu conjunto estes *habitats* documentam o primeiro povoamento da Serra da Aboboreira, largamente anterior à criação da necrópole megalítica, materializado em sítios de ocupação sazonal ou de ocupação permanente de curta duração.

Na *Serra de Passos* embora a estação-chave para este período seja o abrigo do Buraco da Pala, em Mirandela (nível IV), é provável que outros abrigos, situados noutros patamares mais baixos — como o Abrigo “A” do Regato das Bouças, ou os Abrigos 6 e 10 da Ribeira da Cabreira, onde exumámos na prospecção peças líticas talhadas, possam vir a relacionar-se com a ocupação mais antiga daquela Serra<sup>10</sup>.

Este abrigo foi ocupado, nesta fase neolítica, entre o início do V e o 3.º quartel do IV milénio a.C.

Devido às ocupações posteriores e à topografia da rocha de base, a estratigrafia só se conservou perto da entrada do abrigo; revelou um *habitat* protegido, na zona da entrada e nas zonas laterais, por estruturas feitas de materiais perecíveis madeira e/ou couro de que se identificaram vários buracos de poste. A estes somam-se várias lareiras (7) situadas a diferentes cotas e distribuídas horizontalmente por toda a camada. Documentam-se aqui práticas agrícolas (cevada nua e vestida, trigo e fava) e recolectoras (bolota e possivelmente medronho e avelã); do ponto de vista artefactual, destaca-se uma indústria lítica microlítica diversificada e que inclui alguns instrumentos (lascas e lamelas) com traceologia conotada com o corte de caules de gramíneas —, recipientes cerâmicos lisos e decorados de pequena capacidade, uma colher, moinhos, e ainda uma pequena enxó (Figs. 5 a 7).

O Buraco da Pala abre-se numa falésia que ocupa um dos pontos mais altos da serra inserindo-se num ambiente de montanha, mas domina as terras baixas da bacia de Mirandela, onde se acederia em menos de 1 hora, assim como à R.<sup>a</sup> de Lila (rica em peixe), agora em pouco mais de 2 horas de percurso pedestre.

Na *Beira/Douro* o abrigo da Fraga d’Aia (S. João da Pesqueira) (Figs. 8 e 9) e os *habitats* do Prazo, Quebradas e Quinta da Torrinha (os três em V.<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> de Foz-Côa), são agrupados aqui por se inserirem numa mesma região, mas não são tão próximos entre si como os da serra da Aboboreira ou os da serra de Passos. Os *habitats* de Quebradas e Quinta da Torrinha (que são vizinhos) distam do Prazo cerca de 13 km e de Fraga d’Aia cerca de 30 km (sempre em linha recta). Por sua vez, o *habitat* do Prazo dista da Fraga d’Aia aproximadamente 22 km (também em linha recta).

Fraga d’Aia e Prazo inserem-se, na actualidade, em ecossistemas similares, marcados ainda por afloramentos graníticos, e ocupam encostas de vales que conduzem ao Douro, no caso do Prazo, e ao Távora, no de Fraga d’Aia. As estações de Quebradas e Quinta da Torrinha ocupam uma área marcada por zonas aplanadas, planálticas (embora o da Quinta da Torrinha se implante já num vale do planalto), com altitudes médias em torno de 450-500 m; este planalto é uma plataforma sobreelevada e circunscrita pelas Ribeiras de Centieira e Ribeira de Piscos, a W e N, e pelos vales que conduzem ao baixo Côa, a Leste. Implantam-se ambos junto da bordadura do planalto, embora numa posição micro-topográfica não coincidente pois Quebradas ocupa uma área aplanada, aparentemente desprotegida dos ventos, enquanto o *habitat* da Quinta da Torrinha se desenvolve já pelas plataformas de encosta que bordejam a confluência da R.<sup>a</sup> de Lajão com a do Zambujal (afluente do Côa), portanto numa topografia mais parecida com a do Prazo ou Fraga d’Aia. Quebradas afasta-se assim das restantes estações pela micro-topografia de planalto por oposição à de encosta e vale, partilhada



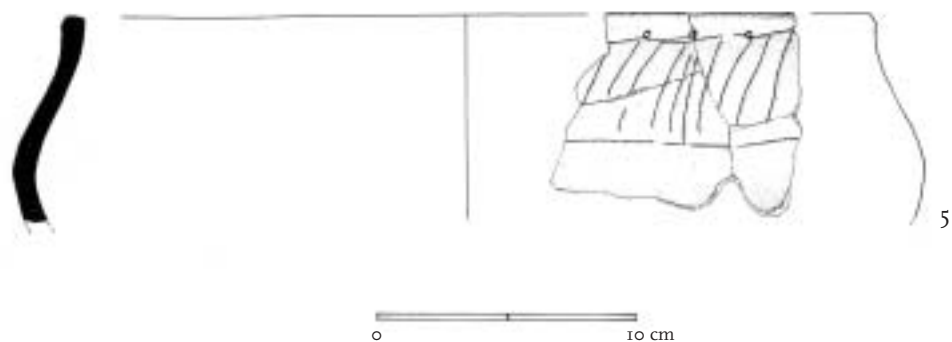
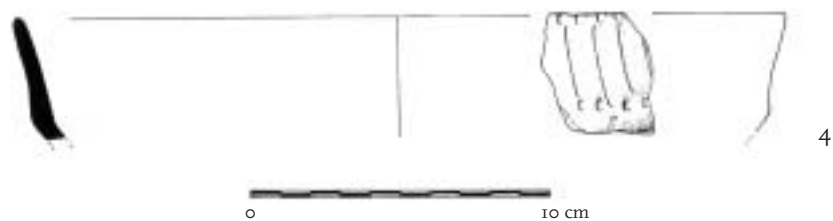


FIG. 8 – Recipientes cerâmicos da Fraga d’Aia. O n.º 5 tem perfurações sob o bordo (seg. V. Jorge et al., 1988a, p. 221); (1, 2, 3 e 4 seg. V. Jorge, et al., 1988b, Est. III).

pelas restantes: Fraga d'Aia está numa encosta do rio Távora, o Prazo na parte mais alta dum vale que conduz ao Douro através da R.<sup>a</sup> de Murça e a Quinta da Torrinha é também sobranceira e bordeja o vale da R.<sup>a</sup> de Lajão/Zambujal, que conduz de imediato ao Côa.

De todos estes sítios se dominam os territórios mais baixos do vale, mas também se acede rapidamente aos ecossistemas dos planaltos e *plateaux* superiores, no caso da Fraga d'Aia, Prazo e Quinta da Torrinha, sendo que Quebradas está implantado precisamente no planalto, mas nas proximidades e com acesso rápido ao rico vale da R.<sup>a</sup> de Centieira e de Piscos.

Deve considerar-se desde logo que tanto Quebradas como a Quinta da Torrinha são considerados *habitats* do neolítico antigo (Carvalho, 1999) somente pelo material arqueológico — sobretudo formas e decorações cerâmicas com semelhanças noutros *habitats* deste período datados, mas também instrumentos líticos de carácter microlítico (com destaque para crescentes em Quebradas), machados (2 em Quebradas) e moinhos (na Quinta da Torrinha). Para o Prazo e Fraga d'Aia, além do espólio lítico e cerâmico, existem datações absolutas.

Por outro lado estas estações são distintas entre si pois enquanto Fraga d'Aia é um pequeno abrigo granítico com pintura esquemática, cuja área “habitável” é inferior a 40 m<sup>2</sup>, e o Prazo, Quebradas e Quinta da Torrinha são *habitats* de ar livre, embora só no Prazo tenham sido detectadas estruturas habitacionais<sup>11</sup>. Tanto o Prazo como a Quinta da Torrinha ocupam pequenas plataformas de encosta viradas genericamente a nascente, mas no caso do primeiro, os penedos graníticos devem ter tido papel de realce na configuração, apoio e protecção das unidades habitacionais, tal como acontece em *habitats* graníticos posteriores. Quebradas é um *habitat* aparentemente desprotegido sobretudo se considerarmos aí uma ocupação permanente que no Outono e Inverno seria fustigada por ventos de todos os quadrantes.

A Fraga d'Aia possui iconografia pintada onde uma cena (narrativa/mitográfica) de caça — com uma personagem antropomórfica armada com um arco e um cervídeo de longas hastes —, assim como outras figuras antropomórficas soltas, podem ser conectada com a ocupação mais antiga do sítio.

A estratigrafia deste pequeno abrigo é muito complexa, e pode ter sido lixiviada ao longo do tempo, mas as datas absolutas, a iconografia e os artefactos exumados — grande quantidade de moinhos, enxós, cerâmica lisa e decorada com motivos correntes noutros contextos do neolítico inicial (Buraco da Moura de S. Romão<sup>12</sup>, Prazo, Buraco da Pala, Mina do Simão, etc.), e uma indústria lítica em quartzo —, levaram-nos a interpretar este abrigo como um local ocupado sazonal ou periodicamente num período que percorre a 2.<sup>a</sup> metade do VI, o V e o início do IV milénio a.C.<sup>13</sup> (Sanches, 1997, 2000). Estas ocupações, que cremos grandemente de carácter cultural, integrando por certo o consumo (ritualizado?) de alimentos<sup>14</sup>, podem ter sido contínuas ou descontínuas, tanto no tempo curto como no tempo longo.

A estação do Prazo que ainda se encontra em estudo<sup>15</sup>, revelou uma estratigrafia neolítica, com algumas estruturas habitacionais próprias dos *habitats* de ar livre do Neolítico e Calcolítico: lareiras, fossas, empedrados. Este *habitat* neolítico terá tido início na 2.<sup>a</sup> metade do VI milénio a.C., e ter-se-á prolongado, segundo a documentação por ora disponível, até meados do IV milénio a.C. Contudo, este *habitat* terá tido início numa data anterior (pelo menos na 2.<sup>a</sup> metade do VII milénio a.C.), numa fase cronológico-cultural que Sérgio Rodrigues coloca no Mesolítico (Rodrigues, 2000, p. 160).

No Prazo neolítico foram exumadas cerâmicas lisas e decoradas (com motivos muito variados), pertencentes a recipiente pequenos, alguns machados de reduzidas dimensões, moinhos (moventes e dormentes) e uma indústria lítica talhada, de cariz microlítico, dominantemente em quartzo (hialino e leitoso), mas também em quartzito, sílica opalina e sílex.

Incidindo agora no *modo de subsistência* é comumente aceite que a documentação empírica relativa à tecnologia, aos modelos de povoamento e aos ecossistemas é deficiente,

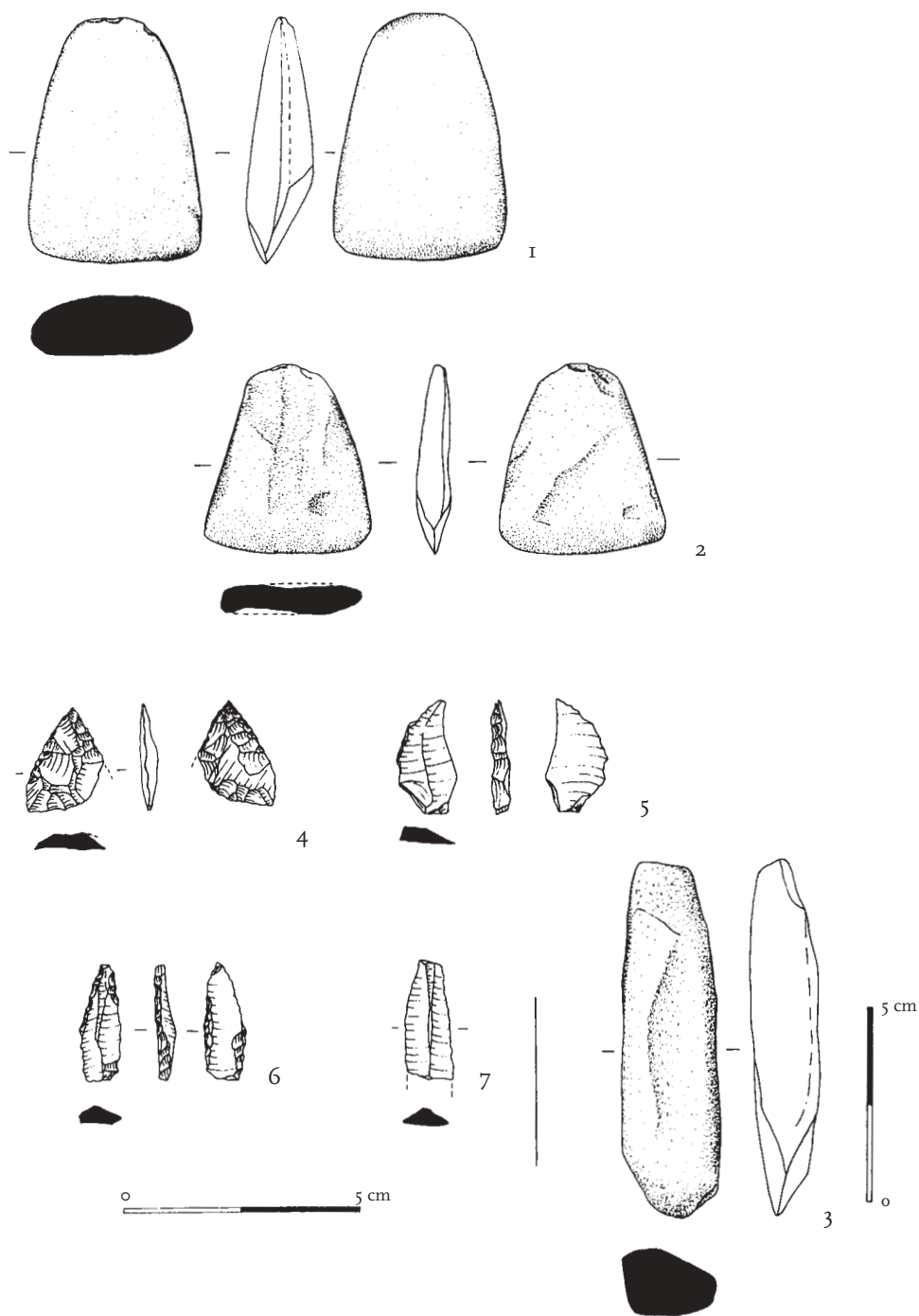


FIG. 9 – Material lítico talhado (em sílex) e polido da Fraga d'Aia (seg. V. Jorge, et al., 1988b, Est. II). 1, 2 e 3 - enxós; 4 - ponta de seta; 5- segmento; 7- lamela.

de modo que todas as abordagens têm tido implícito um modelo de aproveitamento dos ecossistemas próprio dos caçadores recolectores da floresta temperada do início do Holoceno, i.e., economias de espectro amplo assentes numa maior ou menor mobilidade espacial e temporal. Por razões culturais, ecológico/subsistenciais, rituais ou outras, estas comunidades terão aderido à produção, normalmente materializada na agricultura, pastorícia ou em ambas.

Assim, do ponto de vista subsistencial, este período corresponde a um longo processo de transformação dos modos de subsistência baseados na caça-recoleção, para a dominante agricultura-pastorícia, que só se atingirá no final do IV/inícios do III milénio, como referimos atrás.

*Não há evidências de plena sedentarização* em nenhum dos *habitats* mencionados atrás, nem existe um instrumental técnico que permita defender cabalmente estarmos perante um modo de subsistência inegavelmente produtor. Embora a sedentarização não implique linearmente um modo de subsistência baseado na produção, a sazonalidade dos recursos naturais, parece não ter permitido acampamentos permanentes nesta região. Portanto *a redução da mobilidade estará inexoravelmente ligada às práticas agrícolas e pastoris*.

Contudo, a Etnografia tem vindo a mostrar que as práticas agrícolas primitivas podem não exigir qualquer “arsenal técnico” peculiar, dependendo sobretudo do modo como é preparado o solo — por ex. queimadas seguidas de arejamento da terra e sementeiras feitas com o auxílio de um pau de cavar; colheita que, no caso dos cereais poderia ser manual, espiga a espiga, ou com o auxílio de uma faca ou lâmina polifuncional. Deste modo, a avaliação singular dos instrumentos técnicos ligados à produção nos *habitats* deste período no norte de Portugal, onde são exíguas ou estão mesmo ausentes os instrumentos tidos como agrícolas — machados e enxós de dimensões tecnicamente eficazes, não pode conduzir imediatamente à conclusão de que as práticas agrícolas estão ausentes.

Isto significa não nos podermos pronunciar claramente sobre a presença ou ausência de agricultura nos diferentes *habitats* em análise se atendermos somente ao instrumental lítico. Pelo contrário, no único sítio com evidência directa de práticas agrícolas que é o Buraco da Pala IV, só se encontrou uma enxó de reduzidíssimas dimensões (por certo ineficaz a qualquer trabalho desflorestador/agrícola) e algumas lascas e lamelas com traceologia de utilização no corte de caule de gramíneas.

Tratar-se-á por certo de uma agricultura ainda incipiente, realizada em pequenas parcelas de solos leves, parcial ou totalmente limpos de árvores que, dependendo das condições ecológicas e edáficas, poderá realizar-se por 1, 2 ou mais anos seguidos, sendo depois os terrenos abandonados definitivamente, ou permanecendo em recuperação por períodos relativamente longos (Sanches, 2000b).

Um aproveitamento territorial desta natureza, assente em queimadas regulares, mas restritas em área e destinadas a uma agricultura ainda itinerante, permite *a criação de um mosaico de nichos ecológicos que promove, numa primeira fase, a riqueza e variedade de recursos tanto vegetais como animais*. Deste modo, as primeiras práticas agrícolas, quer sejam motivadas por razões subsistenciais de complemento aos recursos oriundos da caça-recoleção, ou para compensar crises alimentares sazonais (Vicent, 1991), ou por razões rituais no âmbito das relações sociais e económicas dentro da comunidade ou entre esta e as comunidades vizinhas, só por si nem promovem a sedentarização, nem empobrecem os ecossistemas. Porém, este sistema de exploração agrícola embora sendo, tal como o *swiden*, territorialmente expansionista só impedido pelas barreiras geográficas ou outras populações vizinhas, impõe entraves ao desenvolvimento da estrutura social e política destes grupos *a não ser que os produtos agrícolas não constituam uma parte substancial dos meios de subsistência* (Ellen, 1994). Como a sedentarização ocorre milénios mais tarde, *serão factores demográficos, ecológicos e de organização social que, no tempo longo promoverão então o desenvolvimento deste sistema produtor aqui iniciado ainda que de forma pouco consistente*.

Desconhecemos ainda a forma que teriam assumido as práticas pastoris como forma de subsistência pois a criação de gado, tal como a caça-recoleção ou mesmo a agricultura,

só podem ser compreendidas no contexto estreito das relações sociais e ecológicas. A Etnografia mostra que à excepção dos grupos de pastores nómadas, que na actualidade ocupam normalmente sistemas marginais ou pobres, a criação de gado acompanha sempre a agricultura nas sociedades tradicionais (sedentárias e mesmo semi-sedentárias), pois assumem-se como sistemas complementares (Ellen, 1994). Torna-se assim difícil de entender a criação de cabras e/ou ovelhas em contextos subsistenciais maioritariamente de caça-recollecção e sem agricultura, a não ser realmente que a caça tenha começado a rarear (por motivos ecológicos ou outros), ou que aqueles animais tenham assumido um elevado valor social, o que só poderá ser entendido nas estritas relações sociais que regulamentariam a produção e o consumo.

A criação de cabras ou ovelhas em pequenos rebanhos, poderia responder ainda à necessidade de refrear uma grande mobilidade residencial, tal como os cultivos em áreas restritas.

Contudo, um modo de subsistência (qualquer modo de subsistência) é basicamente uma abstracção pois a associação dos processos extractivos/productivos que caracterizam uma população particular só podem ser entendidos no contexto de formas sociais (Ellen, 1994). Com efeito, não podendo ser reduzidos às práticas técnicas ou ao modo de uso dos instrumentos, entroncam naturalmente nas relações sociais e ecológicas, o que quer dizer que um modo de subsistência deve ser conceptualizado como modo de produção. Os processos subsistenciais, além das práticas de carácter técnico envolvem estratégias de movimentação, de controlo de população e ainda de informação, especialização e troca dentro e fora da comunidade. Estamos assim muito longe de poder responder à problemática que acabámos de levantar por escassez de documentação empírica.

Está também fora de questão aceder ao tamanho e à organização social dos grupos do início do Neolítico que se entendem, apesar de tudo, como tendo ainda um reduzido número de elementos (algumas famílias) pois todos os *habitats* conhecidos não evidenciam ainda os índices de sedentarização tidos como o factor de estabilidade requerida ao aumento demográfico, como temos vindo a insistir.

O registo arqueológico, sendo marcado por ausências ou por presenças pouco significativas dos indicadores requeridos a uma adequada caracterização subsistencial e social, obriga-nos a reflectir no tipo de situações em que a documentação é mais consistente, e estas referem-se sempre a povoados sedentários. Assim, a própria dificuldade de detectar *habitats* do início do neolítico não se deve colocar somente na deficiência dos nossos métodos de detecção e registo, *mas predominantemente nas características intrínsecas desses habitats*, marcados pela extrema fragilidade das estruturas habitacionais e pela fraca quantidade de desperdícios (artefactos, macro-restos, etc.). Seriam por certo acampamentos sazonais (residenciais e logísticos) ou *habitats* usados durante um período restrito de anos. Repare-se que todos aqueles que conhecemos de modo mais completo ou se situam em ambientes naturalmente protegidos (como é o caso dos abrigos), ou foram “aprisionados” pela acumulação sedimentar e por ocupações posteriores (Lavra I, Prazo e Quinta da Torrinha). Nesta mesma situação se encontram aqueles preservados pela construção das mamoas na Serra da Aboboreira.

O modelo de certa mobilidade residencial e/ou logística (Sanches, 1997; Fábregas 1997; Jorge, 1999; Carvalho, 1999; Rodrigues, 2000) ou de *habitats* permanentes de muito curta duração conjugados ou não com mobilidade logística, implicaria que, *mesmo com baixa densidade demográfica*, no prazo de cerca de 2,5 milénios — meados do VI/ finais do IV milénio, se abandonaria um elevado número de sítios habitacionais. Por outro lado, como em todas as áreas do norte do país onde se tem desenvolvido projectos de investigação arqueológica com uma certa duração, têm sido encontrados *habitats* neolíticos com estas caracte-



rísticas, podemos supor que, à excepção porventura dos picos mais altos das montanhas noroentinas (Serras do Gerês, Marão, topos da Padrela, Bornes, Nogueira), todo o território poderia vir a ser totalmente ocupado no Neolítico inicial. A ausência de investigação, mas sobretudo as práticas agrícolas e florestais posteriores, seriam as causas próximas dessas ausências<sup>16</sup>. Fica portanto em aberto tanto a questão da distribuição, contínua ou descontínua, do povoamento, restando-nos a ideia de que, apesar de tudo, a densidade demográfica deveria ser muito baixa.

Os *habitats* desta região, além da diversidade de formas que tomam — em abrigo ou ao ar livre, parecem não obedecer a nenhum padrão de implantação peculiar, nem do ponto de vista topográfico ou micro-topográfico, nem mesmo no que respeita aos ecossistemas (actuais).

Na *Serra da Aboboreira*, na altura coberta de florestas de folha caduca, apesar de ocuparem diferentes patamares altimétricos, não deixam de se integrar num ecossistema marcadamente serrano, mas com um elevado grau de humidade (se comparado com o interior). Ocupam esporões e *plateaux* de encosta, mas também zonas deprimidas, o que sugere que mesmo que se trate de povoados permanentes de muito curta duração (1 a 5 anos), a prática duma agricultura itinerante em pequenas parcelas nos solos graníticos mas fáceis de trabalhar da serra (Jorge, 1991), seria a principal responsável pela mobilidade. A necessidade de aceder mais rapidamente simultaneamente ao topo da montanha (sobretudo entre a Primavera e o início do Outono) e aos vales periféricos, poderia ter sido também um factor importante, particularmente no caso de Lavra I e Tapado da Caldeira.

Na *Serra de Passos*, onde se realizaram prospecções sistemáticas, verificou-se que eventuais *habitats* de ar livre, a terem existido, foram completamente destruídos pelas reflorestações recentes. Mas ante a grande quantidade e diversidade de abrigos, é provável que estes tenham sido preferidos pela protecção natural que ofereciam. De qualquer modo, é em abrigos (3 abrigos além do Buraco da Pala), situados em todos os patamares altimétricos da Serra, que cremos terem sido os *habitats* deste período.

O Buraco da Pala, situado no topo da Serra onde o clima é rigoroso, apela mais a ocupações sazonais; os restantes, em vales muito abrigados da encosta NE e N, admitiriam ocupações mais permanentes, mas sempre de curta duração.

Não temos, obviamente, condições de avaliar esta questão mas tão só de referir que todos, incluindo o Buraco da Pala, se localizam em áreas de onde se pode aceder numa hora pedestre, aos recursos da serra e das zonas baixas da bacia de Mirandela. Nesta encontram-se ainda recursos piscatórios de realce.

A agricultura de cereais e de leguminosas poderia ser praticada tanto na serra como nas zonas baixas (onde existem também solos leves), pelo que a sua presença no abrigo do Buraco da Pala não implica necessariamente que tivessem sido cultivadas nas imediações próximas. É para o *habitat* que se transportam os produtos de subsistência, particularmente aqueles que podem ser armazenados (por curtos ou mais longos períodos). Porém, dado que a Antracologia aponta no sentido duma desflorestação, embora limitada, o Buraco da Pala também poderia ter sido ocupado predominantemente entre o final da Primavera e o início do Outono, que é simultaneamente o período do ano em que se fazem as colheitas, primeiro, e as sementeiras, depois. Actualmente, num clima marcadamente de tipo mediterrânico, é também na Primavera — meados do Verão, que os rebanhos de cabras sobem em altura em busca de pastos frescos — originadas nas inúmeras nascentes serranas e nos solos com elevada capacidade de retenção hídrica — assim como de rebentos de arbustos.

Na *Beira/Douro* os sítios do Prazo, Quebradas e Quinta da Torrinha por um lado, dão-nos também uma imagem de povoamento ainda difícil de caracterizar de modo consistente,

Os povoados de ar livre do Prazo e de Quinta da Torrinha inauguram, digamos, um novo padrão de implantação: *em plataformas descendo em degrau pela encosta*, e largamente sustentadas por grandes penedos graníticos no caso do Prazo. Neste povoado a encosta coincide precisamente com a nascente de um ribeiro (S. João), cujo vale aberto permite o domínio visual e o trânsito fácil para as terras mais baixas, onde se desenvolvem os vales que conduzem ao rio Douro (Rodrigues, 2000). O *habitat* da Quinta da Torrinha, na margem esquerda da R.<sup>a</sup> do Zambujal, está em rápida e fácil comunicação com o rio Côa através da rede de vales que ligam o planalto às margens daquele rio. Tal localização, abrigada, e aliada à secura que aí domina actualmente no Verão, levou F. de Carvalho a admitir para aqui uma ocupação sazonal durante o Inverno (Carvalho, 1999, p. 67). Quebradas é claramente um habitat de superfícies planálticas ainda que de baixa altitude, talvez similar a alguns *habitats* da parte mais alta da Aboboreira. Segundo F. de Carvalho estaria possivelmente ligado à exploração cinegética e pastoril, mas sazonal, dos planaltos da margem esquerda do Côa (Carvalho, 1999, p. 67).

De qualquer modo, e como indicámos atrás, estas estações da Beira/Douro encontram-se em regiões muito mais marcadas pela secura do que o Buraco da Pala (apesar de genericamente o clima ser similar), mas igualmente no eixo de ecossistemas de montanha baixa/*plateaux* e de vales abrigados.

O abrigo da Fraga d'Aia deve ser abordado sobretudo como um local cerimonial, um local de efectiva ocupação temporária, onde o consumo ritualizado<sup>17</sup> e as *performances* que o acompanhariam (danças, récitas, etc.) (Schechner, 1994) teriam sido responsáveis pela natureza do registo arqueológico aí patente e que inclui, destacamos, uma manifestação simbólica por excelência: iconografia pintada — uma “cena” de caça ao veado —, inspirada por certo num aspecto relevante da vida quotidiana destes grupos — a caça. Trata-se de um espaço identitário, por isso culturalmente marcado de forma peculiar, sendo credível que materialize um local de encontro entre comunidades ainda bastante dependentes da mobilidade. Localizar-se-ia provavelmente na confluência dos territórios amplos de comunidades vizinhas e poderia testemunhar precisamente inevitáveis relações intercomunitárias de reciprocidade, troca e informação cultural, que caracterizam os grupos de baixa densidade demográfica (Sanches, 2000b).

Na *Serra de Passos* há também abrigos com iconografia que cremos poder colocar nesta fase do neolítico inicial, particularmente o painel 1 do abrigo 2 do Regato da Bouças- com 3 antropomorfos de cor vermelho sanguíneo, dos quais 1 parece armado com um arco e outro com um bastão, e o abrigo 3 do mesmo conjunto, com motivos geométrico/abstractos dentro das tonalidades amarela e laranja amarelada.

Também neste caso julgamos estarmos perante lugares cerimoniais similares aos da Fraga d'Aia, o que, além de documentar um aspecto não estritamente subsistencial destas comunidades do neolítico inicial, apela, também aqui, a *uma diversidade de manifestações simbólicas* (arte subnaturalista e geométrico-abstracta).

Em qualquer período da Pré-história recente e da Proto-história as manifestações humanas embora muito diversas, permitem, mesmo assim, pela regularidade, a criação de modelos de povoamento; *no início do Neolítico é a natureza das ocupações* (pouco duradoiras), *a fraca quantidade e variedade de instrumentos* (compensada seguramente por métodos e técnicas que não deixam vestígios), *que constituem a sua marca mais evidente*. Tal leva-nos a aceitar que, tanto no tempo curto, como no tempo longo de 2,5 milénios, se tenha originado uma grande variedade de situações relativas tanto ao povoamento, subsistência, demografia e organização social, difíceis de abarcar de modo consistente.

## C . Questões finais

---

No debate do neolítico inicial, uma questão pertinente é aquela que procura explicar o modo ou forma como teriam chegado ao Norte de Portugal as inovações “neolíticas”, materializadas nos cereais, leguminosas, ovinos, caprinos e cerâmica cuja decoração lembra, em muitos casos, aquela dos contextos andaluzes.

A combinatória destes itens nas estações estudadas é relativamente diferente. Pondo de parte problemas de conservação, não temos razões para crer que todas as comunidades adoptem, desde o VI milénio, a agricultura ou a pastorícia, os instrumentos polidos ou mesmo a cerâmica.

Em texto anterior (1997, p. 113-18) incidimos nas seguintes ideias.

a) A de que as modalidades de “expansão” da economia agro-pastoril, além de muito diversas e de variarem sobretudo em função das relações socio-económicas dos diferentes grupos e da natureza específica dessas relações intercomunitárias, deveriam ser vistas obrigatoriamente num tempo relativamente longo. Parte-se do pressuposto de que, estando os cereais, leguminosas e eventualmente carneiros ou cabras em estado selvagem ausentes dos ecossistemas do Norte, teriam de ter sido difundidos a partir de regiões que os adoptaram em cronologias anteriores.

b) Para identificar os pontos de origem remota (e não próxima), atendemos sobretudo à estilística cerâmica de comunidades neolíticas. Assim, identificámos genericamente como ponto de partida provável a Andaluzia. Esta seria a região onde simultaneamente a cerâmica decorada, os animais domésticos e os cereais e leguminosas estariam presentes em vários contextos de entre os meados do VI e os meados do V milénio a.C., o que, a par de outros indicadores, apontaria já um período de maior amadurecimento das economias agro-pastoris naquela região. Constatámos então que a adopção dos cultivos no Norte correspondia, *em termos cronológicos*, a um período de evidente adopção da economia agro-pastoril naquela região.

c) Num outro ponto indicámos que o sistema central peninsular não constituía uma barreira intransponível devido aos eixos de comunicação criados pela conjugação da orografia e do entalhe dos vales dos rios. Referimos ainda as comunicações mais fáceis segundo o eixo Extremadura espanhola - Beiras - Trás-os-Montes.

Com tal exposição não quisemos falar de movimentações de população, que aliás não temos condições de avaliar, mas tão só de desfazer a ideia, muitas vezes repetida, de que a comunicação peninsular no interior montanhoso teria impossibilitado ou colocado entraves sérios, ao encontro entre populações vivendo em ambos os lados do sistema montanhoso central, e particularmente entre aquelas que ocupam a Andaluzia, as Beiras e Trás-os-Montes.

d) Mas não pusemos, nem pomos, de parte a movimentação de populações pois a expansão territorial de gentes é uma característica das sociedades humanas, particularmente daquelas não plenamente sedentárias. Incidimos, contudo, na transmissão de ideias, produtos e/ou técnicas no contexto dos diferentes mecanismos de interacção entre grupos territorialmente vizinhos, e que poderão ter sido de natureza muito diversa.

e) No que respeita à estilística cerâmica, a diversidade exigiu que olhássemos o Neolítico do norte de Portugal como um processo pouco uniforme, à semelhança do que S. Jorge (1990) já havia adiantado; aqui teriam confluído influências de diferentes locais “filtradas” por um número de comunidades difícil de avaliar e de localizar geograficamente.

A presença de *cerâmica de estilística meridional não conduz assim obrigatoriamente à conclusão de que o Neolítico inicial do Norte de Portugal decorre exclusivamente da transmissão de artefactos, produtos e ideias a partir daquela região*. Na realidade não temos condições de nos pronunciar sobre os contornos específicos deste processo.

Tal como S. Jorge recentemente propôs (1999), o “modelo capilar” seria aquele que de momento melhor poderia perceber e explicar as contingências arqueográficas e contextuais ao colocar a tónica na aleatória transmissão e assimilação dos *items* neolíticos entre os grupos mesolíticos locais. Assim, essa aleatoriedade dirá respeito não somente aos *elementos “substantivos”* da definição tradicional do Neolítico (artefactos e domésticos) e que podem surgir isoladamente, ou por agregados, nos diferentes *habitats*, mas também à *geografia dos territórios e aos ritmos de transmissão e adopção* que dependem da natureza das relações intercomunitárias.

Este modelo capilar faz supor o desenvolvimento de realidades complexas decorrentes daquilo que denominamos de efeitos do *anel de retroacção*<sup>18</sup>. Assim, quando uma das aquisições se torna realidade — por ex. o cultivo de cereais ou o fabrico de cerâmica —, essa realidade vai obrigatoriamente desembocar num novo conjunto de transformações de vária índole (organização social do trabalho, normas de consumo, por ex.) estabelecendo uma espécie de anel de retroacção. Quer dizer, em cada situação económico/social e ecológica considerada, essas transformações formam conjuntos de outras, que se multiplicam em arborescências, as quais, por sua vez, se enxertam umas nas outras e vão multiplicar, virtualmente até ao infinito, a quantidade e variedade de situações possíveis, tornando-se praticamente imprevisíveis. Ora, não sendo de previsibilidade que o arqueólogo necessita mesmo que possua seguros indicadores de algum tipo de mudança, mas antes de estudar o maior número possível de situações arqueológicas e ambientais concretas, torna-se necessário desenvolver, noutros moldes, a investigação regional. Só assim será possível um desvio profícuo dos modelos generalistas que temos vindo a utilizar, caracterizando de modo mais consistente as comunidades do neolítico inicial que queremos entender. Revelar-se-nos-iam por certo outras “anomalias”, mas o conhecimento sustentado em documentação adequada seria outro e responderia à nossa ânsia de saber em moldes mais consistentes. Mas temos pouca esperança de que projectos desta natureza venham a desenvolver-se no norte de Portugal. Que entidade oficial financeira no norte de Portugal, um projecto de investigação pluridisciplinar que pretendesse estudar as condições de povoamento para o Epipaleolítico/Mesolítico/Neolítico numa região, ainda que circunscrita geograficamente?

## NOTAS

\* Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, Apartado 55038, 4051-452, Porto-Portugal. E-mail: msanches@esoterica.pt

<sup>1</sup> Sobre esta distribuição ver - (1988) - *Past Worlds. The Times Atlas of Archaeology*. Time Books.

<sup>2</sup> Aqui inclui-se no norte de Portugal a região da Beira/Douro, ou seja, o território adjacente à margem esquerda do Douro.

<sup>3</sup> Obtida pela palinologia de turfeiras.

- <sup>4</sup> Tal como na nossa abordagem de 1995 (Sanches, 1995, p. 97) inclui-se a Beira Douro que agora conta com três novas estações publicadas (Carvalho, 1999; Rodrigues, 2000) e mesmo com uma primeira síntese sobre o neolítico daquela região (Valera, 1998).
- <sup>5</sup> Exceptuam-se os denominados “concheiros” de que não há notícia no Norte de Portugal.
- <sup>6</sup> Particularmente no abrigo de Cabras Pintadas, para os caprídeos e os bovídeos, e Risco de Los Altares, para os antropomorfos (Gómez-Barrera, 1993).
- <sup>7</sup> Este espólio lítico encontra-se actualmente em estudo por Isidro Gomes, aluno da FLUP, pois o estudo anterior, além de parcelar, carece de uma descrição adequada que dê conta da especificidade desta indústria lítica. Em publicações anteriores (Sanches, 1994; 1997) considerámos somente que esta estação poderia ser contemporânea ou, mais provavelmente, anterior, à necrópole megalítica.
- <sup>8</sup> O texto que se segue deve grandemente a um outro que publicámos recentemente no volume III das Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, intitulado “Reflexões sobre o povoamento do Neolítico inicial do Norte de Portugal (VIº-IVº milénio A.C.)”, (Porto, ADECAP, p. 181-201), pois a documentação empírica publicada desde aquele Congresso, relativa sobretudo aos sítios de Quebradas e Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) (Carvalho, 99), não altera o quadro interpretativo proposto e as questões anteriormente debatidas.
- <sup>9</sup> Bibliografia sobre estas estações: Mina do Simão (V. Jorge, 1984; V. Jorge e Alonso, 1988); Lavra 1 (Sanches, 1988; p. 95;97); Furnas 2 (V. Jorge et al., 1987; V. Jorge et al., 1988a e 1998b); Chã de Santinhos 1 e 2 (V. Jorge, 1985); Serrinha 2 (Silva, 1982); Chã de Parada 1 (V. Jorge e Bettencourt, 1988); Mamoá da Lavra — inf. pessoal de Domingos Cruz.
- <sup>10</sup> A altitude média da bacia de Mirandela varia entre 250 e 350 m. Assim, no patamar inferior, até 500 m, temos o abrigo 6 da R.<sup>a</sup> da Cabreira (320 m); o patamar médio vai de 500 a 800 m, onde se encontra o abrigo 10 da R.<sup>a</sup> da Cabreira (520 m) e o Abrigo “A” do Regato das Bouças (720 m); o topo da Serra corresponde a altitudes superiores a 800 metros, onde se encontra a Buraca da Pala a cerca de 900 metros.
- <sup>11</sup> Deprendemos da exposição de Faustino de Carvalho (1999) que a estação de Quinta da Torrinha, talvez a mais bem preservada pela ocupação posterior, poderá vir a evidenciar estruturas habitacionais quando aí se proceder a escavações em área.
- <sup>12</sup> Tanto o abrigo do Penedo da Penha 1(Canas de Senhorim), como o Complexo granítico do Buraco da Moura de S. Romão, recentemente publicadas por A. C. Valera (1998), possuem, tal como aquele investigador acentua, uma panóplia de formas e de decorações cerâmicas de inegável filiação neolítica. Mesmo adentro da diversidade que caracteriza estes primeiros conjuntos cerâmicos, refira-se a grande proximidade estilística sobretudo com estas estações da Beira –Douro , em primeiro lugar com o Prazo, e em segundo com a Fraga d’Aia.
- <sup>13</sup> As datas desta estação estão publicadas em: (V. Jorge, 1991; 1993). A calibração e análise das datas é feita em (Sanches, 1997, p. 150).
- <sup>14</sup> Temos vindo a referir a identificação na Fraga d’Aia de ossos de mamíferos de médio porte, e de cabras e ou ovelhas, queimados (Antunes, 1988) que a par do elevado número de moinhos — 16 moventes e dois dormentes —, num espaço tão exíguo ajudam a sustentar a hipótese da interpretação do local como lugar de consumo.
- <sup>15</sup> A estação do Prazo está, repetimos, em curso de estudo por Sérgio Monteiro Rodrigues, pelo que as nossas referências serão necessariamente curtas e baseiam-se principalmente no estudo que recentemente aquele autor escreveu para o 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Rodrigues, 2000)
- <sup>16</sup> Basta olhar as fotografias aéreas de 1958 para verificarmos que, num tão curto período de tempo, o território se tornara quase irreconhecível pois as práticas agrícolas (sobretudo o cultivo do centeio), além dos vales, sobem em altura e só deixam livre o espaço ocupado pelos rochedos. Actualmente essas zonas permanecem cobertas de mato, foram “invadidas” por pinhal, ou sofreram mesmo florestações.
- <sup>17</sup> Tanto o elevado número de moinhos, como as lareiras e os vestígios de mamíferos nomeados atrás, indicam, com bastante probabilidade, um local de consumo.
- <sup>18</sup> Sobre o conceito de “anel de retroacção” ver, mas para outra área do conhecimento, Hubert Reeves (1990, p. 97).

## BIBLIOGRAPHIE

- AGROCONSULTORES; COBA (1991) - *Carta dos Solos, Carta do Uso Actual da Terra e Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*. Memórias e Anexos policopiados, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- AUBRY, T. (1998) - Olga Grande 4: uma sequência do Paleolítico superior no planalto entre o rio Côa e a Ribeira de Aguiar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 5-26.
- AUBRY, T.; CARVALHO, A.F.; ZILHÃO, J. (1997) - Arqueologia. In ZILHÃO, J. [et al.] - *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa*. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 77-209.
- ANTUNES, M. T. (1988) - Material ósseo proveniente da Fraga d’Aia, Apêndice 1. In JORGE, V. O. [et al.] - Fraga d’Aia (Paredes da Beira - S. João da Pesqueira) - arte rupestre e ocupação pré-histórica. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 28:1-2, p. 227-228.
- BAPTISTA, A.M.; GOMES, M.V. (1997) - Arte Rupestre. In ZILHÃO, J. [et al.] - *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa*. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 213-406.
- CARVALHO, A.F. (1999) - Os sítios de Quebradas e Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico antigo do Baixo Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, p. 39-70



- CORDEIRO, A.M.R. (1992) - O homem e o meio holocénico português. Paleoambientes e erosão. *Mediterrâneo*. Lisboa. 1, p. 89-109.
- ELLEN, R. (1994) - Modes of subsistence. In INGOLD, T., ed. - *Companion Encyclopedia of Anthropology. Humanity, Culture and Social Life*. London-New York: Routledge, p. 197-225.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C.; RAMIL REGO, P. (1995) - Fechas de C14 en yacimientos arqueológicos, depósitos orgánicos y suelos de Galicia. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 13, p. 433-445.
- FIGUEIRAL, I. (1988) - Análise antracológica. Apêndice 1. In JORGE, V. O. [et al.] - Fraga d'Áia (Paredes da Beira - S. João da Pesqueira) - arte rupestre e ocupação pré-histórica. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 28:1-2, p. 233.
- FIGUEIRAL, I. (1992-93) - Antracologia e megalitismo: problemas e perspectivas. O caso do núcleo de Chã de Parada (Serra da Aboboreira). *Portugalia*. Nova Série. Porto. 13-4, p. 149-157.
- FIGUEIRAL, I. (1994) - A Antracologia em Portugal: progressos e perspectivas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34:3-4, p. 427-448.
- FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M. J. (1999) - A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-história recente. *Portugalia*. Porto. Nova Série. 19-20, p. 71-101.
- JORGE, S.O. (1990) - A consolidação do sistema agro-pastoril. In ALARCÃO, J. de, ed. - *Nova História de Portugal I: Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Presença, p. 102-162.
- JORGE, S.O. (1999) - *Domesticar a Terra*. Lisboa: Gradiva (Trajectos portugueses; 45).
- JORGE, V. O. (1984) - Escavação da mamoa da Mina do Simão (Serra da Aboboreira-Amarante). *Arqueologia*. Porto. 9, p. 3-21.
- JORGE, V. O. (1985) - Les tumulus de Chã de Santinhos (Ensemble mégalithique de Serra da Aboboreira, Nord du Portugal). *Arqueologia*. Porto. 12, p. 96-128.
- JORGE, V. O.; JORGE, S.O.; COSTA, S.F.; CLETO, J. (1987) - As mamoas de Furnas (Serra da Aboboreira). *Arqueologia*. Porto. 16, p. 19-39.
- JORGE, V. O. (1991) - Arqueologia social dos monumentos megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais. *Revista da Faculdade de Letras – História*. 2.ª série. Porto. 6, p. 365-443.
- JORGE, V. O. (1993) - Novas datas de C14 para estações pré-históricas do Norte de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras – História*. 2.ª série. Porto. 10, p. 417-432.
- JORGE, V. O.; BETTENCOURT, A.M. (1988) - Sondagens arqueológicas na mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987). *Arqueologia*. Porto. 17, p. 73-118.
- JORGE, V. O.; JORGE, S.O.; COSTA, S.F.; CLETO, J. (1987) - As mamoas de Furnas (Serra da Aboboreira). *Arqueologia*. Porto. 16, p. 19-39.
- JORGE, V. O.; ALONSO, F. (1987) - Datas de Carbono 14 para a mamoa da Mina do Simão (Serra da Aboboreira, N. de Portugal). *Arqueologia*. Porto. 15, p. 92-93.
- JORGE, V. O. (1991) - Novos dados sobre a Fraga d'Áia (Paredes da Beira - S. João da Pesqueira). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 31, p. 181-185.
- JORGE, V. O.; BAPTISTA, A.M.; SANCHES, M. J.; SILVA, E.J.L.; SILVA, M.M.O.; CUNHA, A.M.C.L. (1988a) - O abrigo com pinturas rupestres da Fraga d'Áia (Paredes da Beira - S. João da Pesqueira) - Notícia preliminar. *Arqueologia*. Porto. 18, p. 109-130.
- JORGE, V. O.; BAPTISTA, A.M.; SANCHES, M. J. (1988b) - A Fraga d'Áia (Paredes da Beira - S. João da Pesqueira) - Arte rupestre e ocupação pré-histórica. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 28:1-2, p. 201-226.
- MUÑOZ SOBRINO, C.; RAMIL REGO, P.; GÓMEZ-ORELLANA, L.; RODRÍGUEZ GUITIÁN, M. (1996) - Modificaciones del paisaje vegetal durante el Cuaternario en el NW de la Península Ibérica. Contextualización con las secuencias del SW de Europa. *Fervedes*. Villalba-Lugo. 3, p. 117-150.
- PÉREZ ALBERTI, A.; RAMIL REGO, P. (1996) - La evolución climática y sus consecuencias: el ejemplo de los paleopaisajes de cuaternario en Galicia. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 14-15.
- RAMIL REGO, P. (1992-93) - Reconstrucción de la vegetación e influencia antrópica sobre el medio durante el Paleolítico Superior final en la Sierra de Xistral y el valle del río Arnela (Lugo, Galicia). *Tabona*. Tenerife. 8-2, p. 518-534.
- RAMIL REGO, P. (1993) - Evolución climática e historia de la vegetación durante el Pleistoceno Superior y el Holoceno en las regiones montañosas del Noroeste Ibérico. In PÉREZ ALBERTI, A. P. [et al.], eds. - *La evolución de paisaje en las montañas del entorno de los caminos jacobeos. Cambios Ambientales y Actividad Humana*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 25-60.
- RAMIL REGO, P.; RAMIL SONEIRA, J.M. (1994) - Estudio paleobotánico del yacimiento epipaleolítico de Xestido III (Abadín-Lugo). *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 13, p. 87-96.

- RAMIL REGO, P.; MUÑOZ SOBRINO, C.; GÓMEZ-ORELLANA, L.; RODRÍGUEZ GUITIÁN, M. (1996) - Cambios globales del clima y de los habitats terrestres. *Ferredes*. Villalba-Lugo. 3, p. 9-31.
- REEVES, H. (1990) - *Malicorne - Reflexões de um observador da Natureza*. Lisboa: Gradiva (Ciência Aberta; 43).
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S.(1988) - *Geografia de Portugal, I- A Posição Geográfica e o Território*. Lisboa: Sá da Costa.
- RODRIGUES, S.E.M. (2000) - A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão-Norte de Portugal) no contexto do neolítico antigo do Noroeste Peninsular. Algumas considerações preliminares. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3, p. 149-180.
- SANCHES, M. J. (1988) - O povoado da Lavra (Marco de Canaveses). *Arqueologia*. Porto. 17, p. 125-134.
- SANCHES, M. J. (1995) - *O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no Contexto da Pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Dissertação de Doutoramento apresentado à Faculdade de Letras do Porto. Porto. 2 vols. (I e II), (policopiada).
- SANCHES, M. J. (1995) - O povoado da Lavra, Serra da Aboboreira. *A Idade do Bronze em Portugal, Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 116-117.
- SANCHES, M. J. (1997) - *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. 2 vols. (I e II), Textos (1). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- SANCHES, M. J. (2000a) - Reflexões sobre o povoamento do neolítico inicial do Norte de Portugal (VI<sup>o</sup>-IV<sup>o</sup> milénio a.C.). In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3, p. 181-201.
- SANCHES, M. J. (2000b) - As gerações, a memória e a territorialização em Trás-os-Montes (V<sup>o</sup>-II<sup>o</sup> milénio a.C.). Uma primeira aproximação ao problema. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 4, p. 123-145.
- SCNECHNER, R. (1994) - Ritual and performance. In INGOLD, T., ed. - *Companion Encyclopedia of Anthropology. Humanity, Culture and Social Life*. London-New York: Routledge, p. 613-647.
- SILVA, A. R. P. (1988) - Material botânico proveniente da Fraga d'Áia. Apêndice 2. In JORGE, V. O. [et al.] - Fraga d'Áia (Paredes da Beira - S. João da Pesqueira) arte rupestre e ocupação pré-histórica. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 28:1-2, p. 229-230.
- SILVA, F.A.P. (1982) - A mamoa 2 da Serrinha. Serra da Aboboreira (Baião). *Arqueologia*. Porto. 16, p. 19-31.
- SUÁREZ OTERO, J.; FÁBREGAS VALCARCE, R. (2000) - O Neolítico en Galicia. Estado da cuestión. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3, p. 136-147.
- VALERA, A.C. (1998) - A neolitização da bacia interior do Mondego. *Estudos Pré-históricos*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta. 6, p. 131-148.
- VICENT GARCÍA, J.M. (1991) - El Neolítico. Transformaciones sociales y económicas. *Boletín de Antropología Americana*. 24, p. 30-60.
- AAVV (1988) - *Times Atlas of Archaeology*. London: Times Books.